

Conanda Celebra 27 anos do ECA e Aprova Manifestos e Resoluções durante a 263ª Assembleia do Colegiado



Foto: Ana Castro

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) reuniu-se nos dias 12 e 13 de julho de 2017 para a 263ª Assembleia Ordinária do colegiado e para celebrar os 27 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O encontro foi marcado por muitas deliberações.

No âmbito da Comissão de Políticas Públicas (CPP) foi aprovado o Manifesto sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), direcionado ao Congresso Nacional; na Comissão de Orçamento e Finanças (COF) foi aprovado o plano de aplicação com a programação orçamentária para o Biênio 2017-2018 do Conanda e aprovada a Resolução nº 194, já publicada e disponível no Portal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que inclui o parágrafo 2º do artigo 16 da Resolução 137, de 21 de janeiro de 2010; e no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar (CDHAP) foi aprovado o texto da Resolução Conjunta CONANDA/CONARE/CNIg/DPU, que estabelece procedimentos de identificação preliminar, atenção e proteção para criança e adolescente desacompanhados ou separados e aprovado o Manifesto pela inclusão dos Direitos da Criança e do Adolescente como conteúdo obrigatório nas diretrizes curriculares dos cursos de Direito.

Já no âmbito da Comissão de Mobilização e Formação (CMF) foram aprovados os textos de seis Resoluções, a serem publicadas em breve, pelo Conanda. São eles:

- Texto da Resolução que aprova o documento: Orientações para Participação com Proteção do Comitê de Participação de Adolescentes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do

Adolescente;

- Texto da Resolução que dispõe sobre a convocação dos Conselhos Estaduais e Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente para escolha e indicação de adolescentes que comporão o Comitê de Participação de Adolescentes – CPA, em conformidade com o disposto na Resolução nº 191/2017;
- Texto da Resolução que institui a Comissão Organizadora da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;
- Texto da Resolução que cria o grupo temático que tratará do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) com a finalidade de formular e propor estratégias de articulação de políticas públicas e serviços para a prevenção e o enfrentamento da violência letal de crianças e adolescentes;
- Texto da Resolução que cria o grupo temático com a finalidade de formular e propor estratégias de articulação de políticas públicas e serviços para o atendimento e para a promoção, proteção e defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes pertencentes a povos e comunidades tradicionais; e
- Texto da Resolução que cria o grupo temático com a finalidade de propor estratégias de aprimoramento e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Representantes do Conanda participam de reunião com a Ministra dos Direitos Humanos

Outro destaque entre os dois dias de Assembleia, foi a participação de representantes do Conanda em reunião com a Ministra dos Direitos Humanos, Luislinda Valois. O objetivo do encontro foi tratar das situações críticas do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM), especialmente no estado do Paraná, e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

Entre os compromissos assumidos pela Ministra durante a reunião está o levantamento da situação e providências quanto ao relatado pelos participantes da reunião, luta contra a redução da maioria penal e do tempo de internação de adolescentes, como também, a garantia de que uma eventual reestruturação do Ministério não afetará o Disque 100.

Participaram da reunião, além dos membros do Conanda, representantes do Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, OAB do Paraná, Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná.



Foto: Ana Castro

Audiência pública na Câmara celebra o ECA e destaca desafios para que a sua implementação seja realidade

O Conanda e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), da Câmara dos Deputados realizaram, na quinta-feira (13), audiência pública em celebração aos 27 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Requerida pela deputada Erica Kokay (PT/DF), a audiência reuniu membros do Conanda e demais representantes dos órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil, entre eles: membros do Ministério Público, Defensorias, conselheiros tutelares, secretarias dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais entidades que atuam na promoção, proteção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil. Celebrar a existência do Estatuto e constatar que há muitos desafios para evitar os retrocessos e para concretizar o que está previsto na Lei foram uma unanimidade entre as os participantes.

Para a deputada Erica Kokay, o Estatuto, além de ser uma conquista da sociedade, transformou a criança e o adolescente em sujeitos de direitos. Para ela, “Hoje as crianças e adolescentes do Brasil são destinatários de uma doutrina de proteção integral sob a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado”.

A deputada convocou a todos para, além de homenagear o Estatuto, constatar quais são os desafios que precisam ser enfrentados para manter a lógica do ECA e que instrumentos precisam ser construídos para que ele se torne realidade. Kokay convocou ainda os participantes da audiência pública à reflexão sobre que sociedade é essa que antes de se dedicar a implementar a própria Lei e transformá-la em política concreta, busca modificá-la, cedendo em grande medida a uma lógica de vingança e de encarar os adolescentes como problema ou ameaças à sociedade. Para a deputada, “ameaça é o desrespeito aos Direitos, ameaça é a inexistência de políticas públicas de qualidade, ameaça é não encarar criança e adolescente como sujeitos de direitos. Ao negar-se a condição de sujeito de direitos a eles negamos a própria humanidade”, enfatizou.

A presidente do Conanda e Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Cláudia Vidigal, ressaltou que o Brasil tem muito a celebrar nesses 27 anos de vigência do Estatuto e destacou que a legislação forneceu as bases para que o país alcançasse avanços como a redução da mortalidade

aprimoramentos feitos no ECA nesse período possibilitaram que ele permanecesse atualizado. “O ECA foi fruto de uma grande luta social e respondeu a um movimento internacional de proteção a crianças e adolescentes. Em 1990, o Brasil foi protagonista nesse processo, ao ser a primeira nação do mundo a regulamentar a Convenção sobre os Direitos da Criança. Precisamos continuar orgulhosos porque aprimoramos ainda mais o Estatuto, que avançou com o Marco Legal da Primeira Infância, a Lei do Sinase e a Lei Menino Bernardo”, disse.



Cláudia Vidigal - presidente do Conanda

No entanto, a presidente do Conanda reconheceu que ainda há muito que caminhar e defendeu a união de esforços entre os poderes Executivo, Legislativo Judiciário e a sociedade civil para avançar ainda mais. “Precisamos sempre de novas leis, políticas, programas e conjunções entre os poderes e a sociedade civil para fazer essa pauta avançar. Cada um tem o seu papel e precisamos unir forças. Temos em comum o desejo genuíno de respeitar, proteger e garantir os direitos da criança e do adolescente. É assim que a gente avança”, afirmou.

Durante a audiência pública, os participantes também sugeriram encaminhamentos à CDHM, no intuito de buscar apoio na resistência aos retrocessos e denunciar violações e situações que tem impedido os

avanços da política de proteção, promoção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil.



Para tanto, o Marco Antonio Soares - vice-presidente do Conanda vice-presidente do Conanda, representante da Central Única do Trabalhador (CUT) no colegiado, Marco Antonio Soares, fez um apelo à CDHM para que ela atue em defesa do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e, tornou público naquela oportunidade um manifesto do Conselho sobre o tema, enfatizando a necessidade do benefício para as mais de 500 mil crianças e adolescentes com deficiência no Brasil.

Soares sugeriu ainda à comissão da Câmara que esta atue no sentido de questionar alguns órgãos do executivo quanto ao contingenciamento dos recursos do Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Segundo o vice-presidente do Conanda hoje, dos 61 milhões disponíveis no Fundo Nacional, apenas 13 podem ser utilizados. “Existe uma série de mecanismos que impedem a utilização de 100% dos recursos do Fundo, criado e protegido por Lei e fruto de doações de entidade públicas e privadas, precisamos entender que mecanismos são esses e desbloquear esse dinheiro que é de uso exclusivo das crianças e adolescentes do Brasil”, ressaltou lembrando que o mesmo acontece nos fundos estaduais e municipais.



Fotos: Ana Castro

Saiba mais...

Mais informações, documentos, notícias e as galerias de fotos, da Audiência Pública em Celebração aos 27 anos do ECA e da 263ª Assembleia Ordinária do Conanda, além do vídeo com a íntegra da Audiência Pública estão disponíveis no Portal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Acesse: www.direitosdacrianca.gov.br .